

Ardis da Tradição Documental: o *Grande Sertão: Veredas* entre a História e a Literatura¹

Traps of the Documental Tradition: Grande Sertão: Veredas, between History and Literature

Bruno Flávio Lontra Fagundes^{*}

Resumo

O texto do historiador se assemelha ao do escritor literário, no instante em que ambos enredam fatos e personagens em tramas portadoras de significados e sentidos. A narração em *Grande Sertão: Veredas* enreda os fatos da história numa trama em que o valor de documento de memória agrega ao texto literário os sentidos de permanência e perenidade, que seriam próprios da tradição histórica.

Palavras-chave: História, Literatura, tradição documental

Abstract

The text made by a historian approaches the text made by a literary writer when both articulate facts and characters into plots that bear meanings and senses. The narrative in *Grande Sertão: Veredas* entangle the facts of history into a plot where the value of the documents of memory add to the literary text the sense of permanence and perpetuity, which would be particular to the historical tradition.

Keywords: History, Literature, documental tradition

Hayden White reúne artigos para uma crítica da rigorosa separação epistemológica entre Literatura e História, postulando uma abordagem hermenêutica que vá ao encontro da interface entre textos *ditos históricos* e *ditos literários*.² Acusado por muitos historiadores

^{*} brunoflavio@uol.com.br

¹ Este artigo, revisado e muito ampliado, teve por base artigo que publiquei no Suplemento Literário de Minas Gerais n. 72, de junho de 2001, sob o título *Documento, História, Literatura*. ² Historiador (UFMG), pós-graduado em Teoria Literária pela UFMG, com dissertação defendida na linha *História, Literatura e Memória Cultural*. Professor do Dep. De História da Faculdade de Filosofia (FAFI) da Fundação Educacional Monsenhor Messias (FEMM) em Sete Lagoas-MG.

³ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 1994. especialmente p.39-63 e 97-116.

de reduzir a discurso a realidade social, em que a crítica de Roger Chartier se destaca pela veemência, White sugere que a distinção às vezes hostil que se faz entre textos histórico e literário encontra respaldo tanto entre historiadores e teóricos da Literatura, e reitera a investigação foucaultiana de viés arqueológico ao indagar da classificação das disciplinas nas chamadas Ciências Humanas. “Numa longa e ilustre tradição que tentou determinar o que é ‘real’ e o que é ‘imaginado’ no romance, a História serviu como um tipo de arquétipo do pólo ‘realista’ de representação”.³

White é criticado com vigor por historiadores porque desdenharia (o) do que seriam os procedimentos usuais investigativos em acervos e que conferem à História *status* próprio no interior das demais Humanidades. Os historiadores que não admitem tal desdém alegam que a História não pode se reduzir à escrita.⁴ Bem ou mal, os textos de White foram resgatados pelos historiadores no interior do movimento de recuperação da escrita como objeto de investigação da História, movimento creditado por Falcon a “diferentes maneiras de conceber a natureza do ofício” de historiador.⁵

Os textos de White, embora datados e temporalmente distantes, continuam, é claro, a acender polêmicas às vezes furiosas, embora, pouco a pouco, pareçam ser recebidos com o devido cuidado com que se devem observar as coisas para se poder extrair delas o que pode haver de bom e positivo. Um dos índices desta absorção crítica e gradual de seus textos talvez seja o reconhecimento explícito

³ WHITE, H. Op.Cit. p.105. Para a crítica de Chartier sobre a redução da História a discurso por H. White, ver: CHARTIER, R. *À beira da falésia*. RS: Editora da Universidade, 2002. p. 81-100 e A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p.97-113, 1994.

⁴ Ver a polêmica entre White e Chartier em: CHARTIER, R. Cuatro preguntas a Hayden White. *Historia y Grafia*, n. 3, p. 231-246, 1994. e WHITE, H. Respuesta a las cuatro preguntas del professor Chartier. *Historia y Grafia*, n.4, p. 317-329, 1995.

⁵ Mais exatamente: “Acredito que, para simplificar um pouco a questão, posso partir da constatação de que existe hoje, no *território da História*, uma diferença básica e um duelo de posições cujo tema fundamental é, ainda, o da relação que cada historiador supõe, ou não supõe, existir entre a *história (conhecimento)* que ele escreve (produz) – o texto ou a obra de história, – e a *História* propriamente dita, enquanto realidade ou objeto de conhecimento. Trata-se, assim, de duas atitudes historiadoras completamente distintas, pois, conforme o caso, terão ou não sentido os próprios *pressupostos teórico-metodológicos em si mesmos*. Do meu ponto-de-vista, essas diferentes maneiras de conceber a natureza do ofício – da escrita da História, enfim – já indicam uma identidade plural”. (grifos do autor). FALCON, F. A identidade do Historiador. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n.17, 1996. p.12.

por Chartier do que seria um “desafio” lançado por White: “(...) devemos, pois, considerar, ao mesmo tempo, a história como escrita, compartilhando com a ficção seus procedimentos narrativos, e como representação de um passado que já não é, mas que foi. E, a partir disto, surge a necessidade de uma nova definição da objetividade, de uma definição que, segundo Paul Ricoeur, se dá como um realismo crítico do conhecimento histórico. Nada disto é fácil, mas constitui o desafio lançado pela posição de Hayden White (...)”.⁶

Análise da escrita da História, portanto, e não da dimensão investigativa da História, – dimensão esta que não poderia faltar em qualquer análise conscienciosa do texto historiador, segundo os críticos de Hayden White – a análise de White repõe algumas convergências entre História e Literatura, preconizando um exame da relação entre ambos os campos de saber fundado em pressupostos epistemológicos menos separatistas. Sugere que a atenção do crítico se volte a uma análise do *real* como criação e figuração, haja vista toda realidade não poder prescindir dos registros dela, a partir dos quais, no âmbito das trocas imaginárias e mentais, é *elaborada e transmitida*. Analista do “*graphos*” – registro, entre outros, que serve à elaboração e à transmissão de realidades – White releva a operação literária como espécie de *locus privilegiado* de observação dos processos com que os historiadores também figurariam, e dariam sentido, ao caos das realidades de que tratam, sem a pretensão, porém, de requerer para o campo da Literatura um conjunto superior de elementos capaz de demonstrar ou revelar um conhecimento peremptório das realidades.

Conferir, numa escrita, sentido aos dados “não deprecia, de forma alguma, o *status* das narrativas históricas como fornecedoras de um tipo de conhecimento”, segundo White, o que poderia ser o caso apenas se o historiador conseguisse a proeza de desprezar o que, historicamente, a Literatura nos ensinou acerca das realidades vividas: “(...) dizer que conferimos sentido ao mundo impondo-lhe a coerência formal que costumamos associar aos produtos dos escri-

⁶ CHARTIER, R. *Cultura Escrita, Literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. p.165. A edição espanhola é de 1999.

tores de ficção não diminui de maneira nenhuma o status de conhecimento que atribuímos à historiografia. Só o diminuiria se acreditássemos que a literatura não nos ensinou algo acerca da realidade, por ter sido o produto de uma imaginação que não era deste mundo, mas de outro, de um mundo inumano”.⁷ White, que não coloca em dúvida a relação História e Literatura, conclui sobre a impossibilidade de se caracterizar o que é um texto *especificamente histórico* ou *especificamente literário*, na medida em que ambos são *textos* e se utilizam da palavra como matéria prima de sua elaboração e transmissão.

O outro lado desta moeda seria uma análise que observasse a operação de análise histórica como um tipo de arquétipo não só do pólo ‘realista’, mas também de um pólo ‘ficcional’ de representação. Ao lançar mão dos registros do passado – os *documentos*, signos ditos históricos – a História não produziria, estritamente, uma *leitura de tipo realista* da realidade, não obstante a premissa de que se utiliza para se legitimar enquanto ciência com especificidade própria. O apego demasiado a um conceito de documento como prova e atestado de realidades tangíveis ocultas em arquivos que vivem à espera de revelação por historiadores impede o escritor e o crítico de lidar com os documentos também como *realidades criadas* pelos historiadores que os manipulam. “Os documentos históricos não são menos opacos do que os textos estudados pelo crítico literário”, diz Hayden White. Se a Literatura auxilia na decifração de signos que fazem da realidade um *algo a mais* do que se nos apresenta aos olhos, os documentos históricos também podem ser como estes signos, que ora revelam, ora escondem a realidade vivida. Se vistos sempre como prova e atestados, os documentos serão sempre vilões da operação literária, porque sempre exigirão daquele que cria uma espécie de *ônus da prova* supostamente desficcionalizador dos processos criativos com que lida a literatura.

Ora, o que existe sobre a terra e não é documento? O que não nos diz alguma coisa sobre algo ou alguém que existe nas realidades passadas ou presentes em que vivemos? Palavra também, o documento histórico não é terminado e acabado. Elaborado, ele pre-

enche a realidade viva de chaves e códigos de leitura que podem ser tomados como *realidade em si mesma*. Se documentos são elaborados e são da História a matéria prima, a História pode ser criação também e a literatura tem neles um estoque de elementos disponibilizados à imaginação criadora. Seria o caso de dizer que os textos do historiador são tão maleáveis e sujeitos à criação quanto o produto literário, constituído por testemunhos, relatos e depoimentos de vida de onde o escritor retira a seiva de sua escritura. Foucault é claro na crítica à História Positiva, que trabalha a elaboração do passado como corolário do “progresso da consciência”, que faz da História resultado de uma “cronologia contínua da razão”, reduzida “ao modelo geral de uma consciência que adquire, progride e que tem memória”.⁸ A criação literária nunca poderá admitir o documento da História como parceiro enquanto se mantiver numa baliza crítica que o vincula a uma História que é apenas consciência e razão.

Os textos histórico e literário são organização de dados num enunciado cognoscível a que o historiador e o escritor literário não podem se furtar. Se o historiador faz uma “fabulação controlada”, a fabulação não deixa de ser também controlada em literatura, que não pode enunciar suas ficções sem que elas tenham o aval de seus prováveis leitores.⁹ O escritor também fabula em situação de constrangimentos inevitáveis, de controle; sua atividade não é “simples curiosidade, livre e aleatória”¹⁰, como entendia Chartier. O que se passa com a História é também uma atitude criadora: seus enunciados, se controlados pelos dados de arquivo, são ainda criações, na medida em que oferecem textos diversos para uma leitura nova das realidades históricas vividas. Esse deve ser o papel da pesquisa, sem a qual, em História, não há criação, mas repetição.

Em última instância, qual literatura não é *trabalho sobre documentos*? Espécie de emblema, conhecida pela habilidade com que

⁸ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. RJ: Forense Universitária, 1997. especialmente p. 1-20 e 89-151.

⁹ Tenho em vista a “fabulação controlada” posta por PESSANHA, José Américo M. O sono e a vigília. In: NOVAES, A. (Org.) *Tempo e História*. SP: Cia da Letras, 1996. p. 50

¹⁰ CHARTIER, R. A História Hoje: dúvidas, desalios, propostas. *Revista Estudos Históricos*. RJ: v. 7, n.13, 1994, p. 111.

ilude o estudioso de suas fontes de criação, a literatura de Guimarães Rosa abre uma perspectiva para as possibilidades do uso de documentos sem se cair no documentalismo. O escritor sabia usar os documentos históricos a favor de sua literatura e o *Grande Sertão: Veredas* é exemplar do procedimento roseano. O livro-relato de Riobaldo Tatarana é crivado de diversos documentos que permitem ao jagunço contar suas histórias através dos *signos do passado*, inventando-o, recriando-o, ficcionalizando-o. O texto todo é o resultado do testemunho de um documento histórico vivo: o jagunço do sertão brasileiro encarnado na figura de Riobaldo. O livro se aproveita da noção separatista que, numa longa tradição, pôs o histórico-verdade de um lado e a ficção-mentira de outro, ou que separa a Literatura/Ficção/Verossimilhança da História/Realidade/Verdade.

O livro de Riobaldo não se escreve *a partir dos* documentos, mas *por causa dos* documentos e dos arquivos da História com que convivemos e onde estão os registros dos quais a escrita histórico-memorialística do século XIX retira seu lastro de verificabilidade e sem os quais, efetivamente, não existe memória. Os arquivos, mais do que guardarem a história, chancelam a possibilidade de se dizer e escrever História. A escrita da História será sempre possível porque qualquer povo não só tem seu passado experimentado e vivido, mas também porque a experiência do passado pode ser enunciada sob o lastro de um passado que pode sempre ser tocado através dos papéis recolhidos em arquivos. Num certo sentido, seria dizer que os arquivos não são o atestado de um passado certo que se pode escrever, mas a certeza de que há passado porque há arquivos. E, num certo sentido, a escrita literária de *Grande Sertão: Veredas* representa a escrita histórico-memorialística do século XIX brasileiro.

Mas é preciso cuidado. Se a História se indisporia com a Literatura porque ela, no máximo, pertence ao reino do verossímil, no entanto ela pode viver do mesmo fato histórico da tradição, qual seja: o de que documentos do passado existem para autorizar-nos a dizer sobre o passado, não importa se inventado ou veraz. Afinal, em algum lugar ainda não descoberto, pode existir o documento que me autoriza a dizer o que quero dizer sobre o passado. Nada poderá me dizer que invento se ainda não há em mãos todos os registros do

mundo acessíveis que me mostrem o contrário. O *Grande Sertão:Veredas* explora esta certeza artilosa de que, havendo arquivos, há construções diversas que se pode fazer sobre o passado. Se não é um livro que se possa mirar para se escrever uma história do jagunço brasileiro, se não atesta o fato de como, na realidade, viviam jagunços, reforça a realidade que diz que, se há documentos, há a verdade.

Digamos que o *Grande Sertão:Veredas* não é um livro que se escreve *com* documentos, mas *por causa* dos documentos da história.¹¹ Em *Grande Sertão: Veredas*, o jagunço Hermógenes é Hermógenes Saranhó Rodrigue Felipes. Em velhos documentos coloniais guardados em arquivos, o historiador se depara, quase a todo instante, com as palavras Rodrigues – cuja abreviatura é Roiz – e Felipe, nome, inclusive, de rei. Mas *Rodrigue* e *Felipes*, literalmente, não existem. Também o topônimo Minas Velhas é um logro. Mas Minas Novas não, que existe em milhares de documentos. Não existe *Minas Velhas*, não existe *Rodrigue Felipes*. E isso é o que importa! Vivendo da aura de autoridade que os documentos do passado conferem às coisas, o autor do livro pode *inventar*. O investigador da História, se se prender demais ao documento como prova, como quer a tradição documentalista, malogrará. A criação vive da existência dos documentos do passado e da autoridade de poder referenciá-los para dizer o que quer dizer. Quem poderá dizer que, na história, não houve um jagunço como Damásio, de *O Famigerado*, de *Primeiras Estórias*, interessado em saber o significado da palavra “famigerado” com que “um moço do governo” o chamou? As estórias que conhecemos de jagunços, as quais nos foram contadas pela História, acreditam que estes não são assuntos da vida de jagunços. A tradição faz acreditar que, conforme os sujeitos da história, apenas alguns enredos e motivos são viáveis, e, artilosamente, pode conduzir a pesquisa, tornando o pensável impensável.

¹¹ Foi em um expressivo representante da escrita histórico-memorialística do século XIX mineiro, as *Efemérides Mineiras*, que João Guimarães Rosa encontrou a notícia de um fato passado num distrito da cidade do Serro, Minas Gerais, em 11 de Novembro de 1872, para escrever seu conto *Um Moço muito Branco*, de *Primeiras Estórias*. ROSA, João Guimarães. *Primeiras Estórias*. 11ª edição. RJ: José Olympio Editora, 1978.

O *Grande Sertão: Veredas*, elaborado como é, confere ao relato que vai nele a chancela de uma longa tradição, a que confia aos documentos de arquivo a autoridade de verdade a tudo que é dito. A profusão de documentos lingüísticos que caracteriza o *Grande Sertão: Veredas* – linguajares e arcaísmos de toda ordem – desencadeia uma operação que autoriza a ficcionalização da vida, dando o estatuto de verdade ao que é inventado e liberando a imaginação criadora. Riobaldo mesmo é documento vivo que se elabora e conta estórias que se imiscuem na história, plasmando a realidade verbal construída de si, palavra, na realidade das aventuras que viveu, história. No livro-relato de Riobaldo, os documentos de história servem a uma escrita que desliza das tentativas rigorosas de caracterização. Livro-documento, sim, mas de quê? Da História, da Literatura, da Psicologia, da Filosofia, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência Política? De quê? Livro de Literatura ou de História?

Situação em aberto, documento da cultura repleto de documentos da História, o *Grande Sertão: Veredas* contém o artifício do escritor que ouve o velho jagunço sem garantir que ele seja o próprio Guimarães Rosa. Valendo-se dos documentos como prova de realidades passadas, o escritor que ouve as estórias de Riobaldo para torná-las livro mais tarde é o ardil que cria a realidade inatingível de se saber de qual vida o relato das estórias trata. Desta operação ficcional, o texto literário se torna documento-livro sempre investigado, o que confere ao *Grande Sertão: Veredas* o *status* daquilo que julgamos ser próprio do texto histórico: a permanência e a perenidade.